

Saneamento Básico

ASPECTOS JURÍDICOS

2021

Fabio Luiz Gomes

Coordenador



ALMEDINA

SANEAMENTO BÁSICO
ASPECTOS JURÍDICOS

© Almedina, 2021

COORDENADOR: Fábio Luiz Gomes

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Larissa Nogueira

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9786556272108

Maio, 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Saneamento básico : aspectos jurídicos /
Fábio Luiz Gomes coordenador. 1. ed. São Paulo : Almedina, 2021.
Vários autores.

Bibliografia.
ISBN 9786556272108

Índice:

1. Água Abastecimento
2. Água potável
3. Desenvolvimento de recursos hídricos –
Legislação - Brasil
4. Desenvolvimento social
5. Direito administrativo - Brasil
6. Direito de águas - Brasil
7. Pareceres jurídicos I. Gomes, Fábio Luiz.

21-58507

CDU-351.77(81)(094.98)

Índices para catálogo sistemático:

1. Saneamento básico : Pareceres jurídicos : Brasil : Direito administrativo 351.77(81)(094.98)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1. Os Agentes Químicos, a Água Bruta, e o Ruído como Riscos Ocupacionais nas Estações de Tratamento e Elevatórias: Perspectiva Jurídica Brasileira <i>Alina Braun de Andrade</i> <i>Kyssya Teles Revoredo</i> <i>Rachel Ferreira Porto</i>	15
2. Tarifa Social: A Importância do Instituto como Instrumento para Universalização do Acesso aos Serviços Públicos de Saneamento Básico <i>Andrea Ferreira Caputo</i> <i>Fernanda Justo Beserra</i> <i>Ricardo Martins do Carmo</i>	45
3. Limites do Poder Normativo da Nova Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico <i>Daniel Derenusson Kowarski</i>	59
4. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável n. 03 e n. 06 da ONU como Diretrizes Fundamentais do Direito Sanitário no Brasil <i>Daniel Freire e Almeida</i> <i>Verônica Scriptore Freire e Almeida</i>	83
5. A Água como Expressão do Direito à Saúde Pública: Uma Crítica à Visão Puramente de Mercadoria deste Bem Vital – Reflexões a partir da Pandemia do Covid-19 <i>Eduardo Chow De Martino Tostes</i> <i>Carlos André Coutinho Teles</i> <i>Edson Alvisi Neves</i>	103

SANEAMENTO BÁSICO

6. Breves Notas sobre a Crise Global de Água Potável e Saneamento 117
Fabio Luiz Gomes
7. Universalização do Saneamento Básico: O Direito Humano à Saúde entre a Vulnerabilidade Social e a Cidadania 125
Fabiola Vianna Moraes
8. A Seletividade 143
Hélio Silvio Ourém Campos
9. Privatização da CEDAE: Consequências para o Saneamento no Estado do Rio de Janeiro 147
Paulo Guilherme de Sousa Vendrami
10. O Saneamento Básico como um Direito Fundamental e sua Importância na Sociedade 161
Raphael Eyer Soares de Paiva
Ana Carolina Baldin de Miranda Andrade
11. A Problemática da Cobrança da Tarifa de Esgoto à Luz do Recurso Repetitivo – Da Teoria à Prática Observada nos Processos Judiciais no Tribunal De Justiça do Estado do Rio de Janeiro 179
Raphael Eyer Soares de Paiva
Roberta Pellegrini Naice
Alciane Sara Bordin
12. Evolução Histórica do Saneamento Básico no Brasil – Do PLANASA até o Novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020) 197
Rodrigo Santos Hosken